



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1646225 - DF (2016/0335994-8)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : MARCIO DOS SANTOS SOARES
ADVOGADO : SEBASTIÃO ADAILSON PACHECO - DF006415
RECORRIDO : VITOR MARTINS DA SILVA
RECORRIDO : EZINEIDE MARTINS DA SILVA DE LIMA
RECORRIDO : MÁRCIO VINICIO MARTINS DA SILVA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE DESPEJO CUMULADA COM COBRANÇA. CONTRATO DE LOCAÇÃO. VALOR DA CAUSA. APLICAÇÃO COMBINADA DOS ARTIGOS 58, III, DA LEI N 8.245/91 E 259, II, DO CPC/73. PRECEDENTES. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. SÚMULA 568 DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO

DECISÃO

MARCIO DOS SANTOS SOARES (MARCIO) ajuizou ação de despejo cumulada com cobrança de aluguéis e acessórios em desfavor de VITOR MARTINS DA SILVA, EZINEIDE MARTINS DA SILVA DE LIMA e MARCIO VINICIO MARTINS DA SILVA (VITOR e outros), sob alegação de que se encontram inadimplentes quanto ao pagamento de aluguéis e respectivos encargos oriundos de contrato locatício.

Em primeiro grau, o processo foi extinto sem julgamento de mérito, nos termos do art. 267, I e IV, do CPC/73, pois a petição inicial foi indeferida em razão da ausência de correção do valor atribuído à causa, mesmo após intimação (e-STJ, fls. 37/39).

MARCIO apelou e o TJDF negou provimento ao recurso em acórdão, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE DESPEJO C/C COBRANÇA DE ALUGUEIS. PRELIMINAR. JULGAMENTO COM FUNDAMENTO NO ART. 557, CPC. FACULDADE DO RELATOR. VALOR DA CAUSA. APLICAÇÃO COMBINADA DOS ARTIGOS 58, INCISO III, DA LEI N 8.245/91 E 259, INCISO II, DO CPC/73. DETERMINAÇÃO DE EMENDA À INICIAL. NÃO ATENDIMENTO. REQUISITO DA PETIÇÃO INICIAL. INDEFERIMENTO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. SENTENÇA MANTIDA.

1. O julgamento do recurso com fundamento no artigo 557 do CPC/73 constitui prerrogativa atribuída ao Relator, o qual poderá optar pelo

encaminhamento do recurso ao órgão colegiado mesmo que a matéria debatida já tenha sido objeto de inúmeros julgados.

2. Nas ações de despejo cumulada com cobrança de aluguéis, para atribuição do valor da causa, não se deve aplicar unicamente o disposto no art. 58, inciso III, da Lei n' 8.245/91, mas a conjugação com o art. 259, inciso II, do CPC/73, o qual prevê que, em caso de cumulação de pedidos, o valor da causa deverá compreender o somatório de todos eles.

3. O erro no valor da causa justifica o indeferimento da inicial, por constituir requisito da petição inicial, nos termos do artigo 282, inciso V, do CPC/73.

4. Não atendida, no prazo, a correta determinação de emenda à inicial, é cabível o indeferimento da inicial (art. 284, parágrafo único, do CPC/73) e a extinção do processo, sem resolução de mérito, com fundamento no art. 267, inciso I, do CPC/73.

5. Apelação conhecida, preliminar rejeitada e, no mérito, não provida (e-STJ, fls. 85/86).

Os embargos de declaração opostos por MARCIO foram rejeitados (e-STJ, fls. 112/125).

Inconformado, MARCIO interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, III, c, da CF sustentando a existência de dissídio jurisprudencial quanto à determinação do valor atribuído à causa, sustentando que deveria corresponder exatamente a doze vezes o montante atualizado do aluguel, nos termos do art. 58, III, da Lei nº 8.245/91. Apresentou paradigmas dos Tribunais de Justiça dos Estados de Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul, além do Superior Tribunal de Justiça (e-STJ, fls. 129/138).

O apelo nobre foi admitido (e-STJ, fls. 175/176).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

De plano vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:4

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

(1) Do valor da causa

MARCIO sustentou a existência de dissídio jurisprudencial quanto à determinação do valor atribuído à causa, sustentando que deveria corresponder exatamente a doze vezes o montante atualizado do aluguel, nos termos do art. 58, III, da Lei nº 8.245/91. Apresentou paradigmas.

O TJDFT no julgamento do recurso de apelação consignou que (i) se trata de cumulação de pedidos; (ii) devem ser aplicados os arts. 58, III, da Lei nº 8.245/91 c/c 259, II, do CPC/73, confira-se:

Consoante relatado, a hipótese em pauta cuida de ação de despejo c/c cobrança de aluguéis na qual o d. sentenciante, em razão da ausência de adequação do valor atribuído à causa com o disposto nos artigos

58, inciso III, da Lei nº 8.245/91 e 259, inciso II, do CPC/73, extinguiu o feito sem resolução do mérito, a despeito de haver oportunizado, por duas vezes, a emenda da inicial para ser sanada a questão (fls. 16 e 23). Acerca do valor atribuído à causa nas ações de despejo cumulada com cobrança de alugueis, é pacífico nesta egrégia Corte o entendimento de que não se pode aplicar somente a regra inserta no inciso III, do artigo 58 da Lei nº 8.245/91, uma vez que o artigo 259, inciso II, do CPC/73 estabelece de forma clara que, havendo cumulação de pedidos, o valor da causa deverá corresponder à somados valores de todos eles [...] (e-STJ, fl. 89).

O acórdão deve ser mantido.

O art. 58, da Lei nº 8.245/91 dispõe apenas sobre o valor da causa nas ações de despejo, consignação em pagamento de aluguel, acessórios da locação, revisionais de aluguel e renovatórias, confira-se:

Art. 58. Ressalvados os casos previstos no parágrafo único do art. 1º, nas ações de despejo, consignação em pagamento de aluguel e acessório da locação, revisionais de aluguel e renovatórias de locação, observar - se - á o seguinte:

I - os processos tramitam durante as férias forenses e não se suspendem pela superveniência delas;

II - é competente para conhecer e julgar tais ações o foro do lugar da situação do imóvel, salvo se outro houver sido eleito no contrato;

III - o valor da causa corresponderá a doze meses de aluguel, ou, na hipótese do inciso II do art. 47, a três salários vigentes por ocasião do ajuizamento;

IV - desde que autorizado no contrato, a citação, intimação ou notificação far - se - á mediante correspondência com aviso de recebimento, ou, tratando - se de pessoa jurídica ou firma individual, também mediante telex ou fac-símile , ou, ainda, sendo necessário, pelas demais formas previstas no Código de Processo Civil;

V - os recursos interpostos contra as sentenças terão efeito somente devolutivo

E, nos termos do referido artigo, o valor da causa será de 12 meses de aluguel.

Contudo, no caso em apreço, houve a cumulação de pedido de despejo e cobrança de alugueis vencidos, sendo que este último não está abrangido pela Lei especial.

Portanto, o pedido de cobrança de alugueis deve seguir o disposto no art. 259, I, do CPC/73.

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. VALOR DA CAUSA. PROVEITO ECONÔMICO. IDENTIFICAÇÃO. POSSIBILIDADE. CUMULAÇÃO. SOMA DOS PEDIDOS.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Se desde logo é possível estimar um valor, ainda que mínimo, para o benefício requerido na demanda, a fixação do valor da causa deve corresponder a essa quantia. Precedentes.

3. De acordo com a iterativa jurisprudência desta Corte, quando há indicação na petição inicial do valor requerido a título de danos morais, ou quando há elementos suficientes para sua quantificação, ele deve integrar o valor da causa.

4. O Código de Processo Civil de 2015 estabelece que o valor da causa, nas ações indenizatórias, inclusive as fundadas em dano moral, será o valor pretendido.

5. Na hipótese em que há pedido de danos materiais cumulado com danos morais, o valor da causa deve corresponder à soma dos pedidos.

6. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp 1.698.665/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 24/4/2018, DJe 30/4/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. VALOR DA CAUSA. PEDIDOS CUMULADOS. ART. 259, II DO CPC. INCIDÊNCIA.

I. Havendo cumulação de pedidos autônomos entre si, economicamente identificados segundo os elementos constantes da inicial, o valor da causa é fixado pelo somatório de todos, ao teor do art. 259, II, do CPC.

II. Precedentes do STJ.

III. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.067.374/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, Quarta Turma, j. 21/5/2009, DJe 15/6/2009)

Incide, sobre o ponto o óbice da Súmula 568 do STJ visto que o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento firmado nesta Corte.

Nessas condições, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se

Brasília-DF, 24 de março de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO
Relator